

TÍTULO: O *sinthoma* no laço social: interfaces entre Psicanálise, Saúde e Educação

Andréa Martello

A proposta da mesa e deste trabalho é trazer à discussão as formas de articulação entre os campos da saúde, educação e psicanálise. Dentre todas as possibilidades de interlocução ou intervenção clínica será privilegiado o aspecto da importância de abrir espaço dentro das instituições envolvidas para o destacamento do sintoma tal como a psicanálise o entende. Primeiramente o sintoma comparece como índice do sujeito, signo, sinal da forma como o sujeito lida com o mundo e com a pulsão. No decorrer da aplicação de seu método, o tratamento do sintoma revelou à psicanálise a estrutura arcaica de relação do sujeito com o real, chamado por Lacan de *sinthoma*. Para além das questões relativas à clínica intensiva sobre as saídas para o sintoma, destaca-se a importância de localizá-lo como um instrumento de análise nos referidos campos, lá onde os saberes vigentes se mostram ineficazes, fracassados ou indiferentes. Não se trata de indagar sobre o que fazer com o sintoma que emerge, mas sim fazer emergir o que de *sinthoma* ainda insiste para além das propostas de tratamento oferecidas.

Os principais eixos que pretendo desenvolver neste trabalho dizem respeito à: 1- a questão da normatização social através de políticas protocolares, médicas, educacionais ou jurídicas que universalizam e pasteurizam os comportamentos tornando-os previsíveis e controláveis a serviço de uma ordem disciplinar e produtiva. 2- destacar o lugar do sintoma a partir do mal-estar que ele articula de modo a positivar a necessidade de abordá-lo como forma de subjetivação. 3- Enfatizar a dimensão da transferência, tal como entendida pela psicanálise, como forma de fazer operar a função do sujeito no simbólico a partir da possibilidade de fazer falar do sintoma e destacar como essa prática, em última instância, tem efeitos políticos no âmbito social. Donde se conclui que o sintoma não apenas se impõe como objeto a ser domesticado pelas políticas de normatização como ele assim o deve ser pois carrega em si o germe de uma função incômoda para a sociedade.

Parto das reflexões que desenvolvi no artigo “Método científico, normatividade social e sintoma psicanalítico” (MARTELLO, 2014) onde trabalho a visão de Foucault acerca do nascimento das ciências humanas enquanto atreladas a uma mudança na estrutura do poder, fomentadas por uma política de normatização social, para questionar o lugar da psicanálise no avanço das ciências humanas e das práticas psis.

Com Foucault podemos considerar que os códigos de normatização proliferam através de práticas necessárias ao bom funcionamento da sociedade liberal produtiva e à gestão de suas populações nos mais variados campos. Em sua reflexão desenvolve a lógica de uma mudança na estrutura social devido a uma transformação no exercício do poder. O poder soberano da

Antiguidade Clássica e da Idade Média cede espaço a um poder exercido de forma disciplinar onde a lei simbólica dá lugar a normas e regras de conduta desenvolvidas cientificamente (Foucault, 2010). Essa disciplinarização no entanto se estabelece mais do que pela força, aliada às ciências da vida e do homem que trabalharão em prol do funcionamento da sociedade. Essa mudança na estrutura de poder que, segundo Foucault, fomenta o surgimento das ciências humanas no fim do século XVIII; uma mudança na forma de exercício do poder que passa a se aliar aos campos de saber. Nesta lógica, defende que o poder não deve ser analisado em termos de Estado e de soberania jurídica mas sim a partir de técnicas e táticas de dominação. O governo não somente impõe as leis aos homens, mas utiliza táticas para fazer por vários meios com que determinados objetivos possam ser atingidos. Trata-se aqui de um rebaixamento da lei à norma pois o que interessa é a eficiência da solução para as questões governamentais impostas a partir das populações.

Essa nova mecânica do poder incide muito mais sobre os corpos do que sobre a terra e a riqueza (FOUCAULT, 2010, p. 31). Ele é a base da sociedade burguesa e um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial. Não é um poder soberano sobre a terra, é um poder disciplinar sobre os corpos. Sem a domesticação dos corpos não haveria sociedade industrial e é para seu desenvolvimento que o regime disciplinar se exerce. A questão se coloca no fato de que nesta forma de governo técnico e tático o problema da soberania se acentua ao invés de desaparecer, e o regime disciplinar se aprofunda mais do que nunca. A governamentalidade não supera a questão da soberania e da disciplina, acentua sua heterogeneidade e para o historiador é preciso olhar para o aparelhamento do Estado com os saberes científicos. As disciplinas científicas tem discurso próprio segundo Foucault, completamente diversas do discurso jurídico. Elas criam saberes, aparelhos de saberes e campos múltiplos de conhecimento que servem de referência à norma:

O discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como efeito da vontade soberana. Portanto, as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo da ciências humanas. E sua jurisprudência, para essas disciplinas, será a de um saber clínico. (Foucault, 1976/2010)

Considerando o explicitado pelo pensamento de Foucault acerca do papel das ciências, entre elas as ciências humanas, para fins de governamentalidade, podemos entender a dinâmica e a mecânica da intensa disseminação de saberes especializados que tentam dar conta do que emperra a

máquina produtiva na sociedade atual. Do tempo de Foucault para cá esse vetor só se complexificou e tornou-se mais potente a cada avanço científico, seja no campo da neurociência, no campo da farmacologia, das intervenções cirúrgicas, das técnicas comportamentais, ou na informática e os protocolos de informações compartilhadas. É inegável que nas sociedades atuais o saber se desenvolve como instrumento de controle.

Na maior parte dos ambientes em que a psicanálise está inserida essa é a lógica em jogo numa certa medida. Na escola, no hospital ou na prisão, o discurso clínico está invariavelmente a serviço da norma social e da governamentalidade. Como responder e se situar nessa estrutura é o desafio da psicanálise enquanto saber clínico. Lacan rejeitava a alcunha de *ciências humanas* para a psicanálise por considerar essa expressão “a própria voz das servidão” (LACAN, 1998, p. 873). . Com isso chamava a atenção para o fato de que as ciências humanas tomavam o homem, a humanidade, como objeto de intervenção, objeto a ser conhecido e dominado tal como a natureza pelas ciências duras. À psicanálise não interessa tomar o homem como objeto de uma ciência mas fazer emergir o sujeito que faz e produz ciência. A operação do sujeito da ciência é que interessa pois só através dela que se faz uso do significante em sua potencia subversiva, tal como no inconsciente apresentado por Freud.

Neste sentido, importante ressaltar que Milner em *A obra clara* (1996) desenvolve a tese lacaniana de que o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência na medida em que é sujeito do significante. Lacan através da linguagem aproxima sujeito da ciência e sujeito do inconsciente. Tal como a operação de corte da ciência em relação aos signos tradicionais e sensíveis, a psicanálise através de seu método de associação livre aborda o sintoma como signo de um sujeito em vias de advir. Muito próxima da operação científica, o método analítico através do manejo do significante fomenta um novo saber acerca do sentido e da verdade do sintoma que afeta um indivíduo. Por esta trilha do significante, a psicanálise avança na problemática da satisfação pulsional desenvolvendo toda uma abordagem inovadora para as questões do desejo, da fantasia, do gozo e do real. Todo saber articulado mostra sua limitação por ser uma contingência; o discriminante da refutabilidade de Popper na epistemologia o mostra tanto quanto o acossamento do gozo fálico pelo gozo do Outro na clínica psicanalítica.

Neste sentido é importante ressaltar a forma como a psicanálise localiza a questão do sintoma. Advinda como um procedimento investigativo que obtinha sucesso onde a medicina não fornecia respostas e soluções, a psicanálise desvenda por trás do sintoma psicopatológico a própria estrutura do sujeito. Lacan parte da divisão subjetiva teorizada por Freud a partir do inconsciente e do sintoma psicanalítico e localiza elementos que ajudam a conferir inteligibilidade ao que afeta a subjetividade contemporânea. Localiza questões referentes à divisão entre o registro do imaginário

e do simbólico na constituição subjetiva e se debruça insistentemente sobre a estrutura de organização do simbólico. Se há algo que afeta a constituição subjetiva na modernidade é o fato de que a estrutura de organização do simbólico foi alterada. Como vimos com Foucault, uma mudança sensível que se operou não apenas no campo da produção do saber como também no campo do mecanismo do poder. O declínio da forma soberana do grande Outro se articula em termos lacanianos como declínio da função paterna. O avanço de seu ensino só fez formular os efeitos deste declínio da estrutura paterna da mestria, localizando duas categorias estritamente ligadas à operação analítica: o destacamento do objeto *a* e a produção do $S(A/)$, significante de inscrição da falta no Outro.

O paralelo entre o pensamento de Foucault e o de Lacan permite entrever as razões pelas quais o sintoma virá a operar uma função de transmissão do saber inconsciente anteriormente executada na lógica da paternidade e da filiação. O declínio da ordem soberana da lei e o advento das práticas disciplinares tal como destacado por Foucault pode ser acompanhado na psicanálise através do entendimento do valor que o sintoma adquire em tempos do declínio da lei simbólica. Se Lacan pode destacar num primeiro momento como o sintoma se estruturava a partir de uma falha na função paterna que não protege de uma ação do superego ou de significante em sua forma voraz, em seguida o que se depreende é que ele passará a ocupar um lugar de relevância no que tange à estruturação subjetiva contemporânea.

Na segunda tópica, Freud formula o superego como instancia pulsional que ativa o recalque através de um paradoxo da consciência moral: quanto mais desejo mais rigor do superego para coibir o desejo. O superego inverte a escala do desejo para a culpa, acirra a angústia de castração na medida da expressão do desejo. Surge como uma sentinela do mundo externo, sua lei oral, a voz na consciência de Kant, transmitida através de enunciados, frases ouvidas (in *O ego e o id*) que em algum momento adquirem o caráter pulsional de um *tu deves*, esvaziado de maiores significações. Instancia inibidora do ego. Causa do mal-estar. Resultado do recalque da agressividade: quanto mais renuncia ao ódio e à agressão mais há a chance de se operar uma des fusão pulsional e liberar a pulsão de morte que se volta para o próprio ego do sujeito. Em alguns casos a ferocidade do superego se alia ao masoquismo primordial do ego.

No movimento de Retorno à Freud empreendido por Lacan, de fundamental importância é a extensa reflexão sobre a separação entre superego e ideal do eu. É importante entender muito bem essa diferença e como elas se articulam. O Superego diz respeito ao núcleo real do discurso, núcleo do qual o sentido escapa, o mandamento que regula é o mesmo que pode tornar-se insano, pode aniquilar um sujeito. É considerado por Lacan herdeiro do complexo de Édipo na medida em que é uma cicatriz do processo de integração simbólica operada pela via do Ideal do Eu. Na teoria da

linguagem, o Superego representa a instancia do significante puro: fato de o significante não significar a si mesmo. Desta forma se justifica sua ligação com a pulsão de morte em Freud. Exigência do impossível que mostra seu aspecto pulsional. Sem objeto. Jaz por traz da compulsão à repetição que funciona para além do principio do prazer. Instância ligada à pulsão e ao real. O Ideal do eu, por sua vez, representa o veiculo por onde se transmite o significante do Nome do pai, organizador do campo significante: possibilidade de integração simbólica, reconhecimento da condição de castração, para pai e filho, a castração não advém do pai familiar, imaginário ou real - que pode vir a ser seu operador -, e sim do nome que ordena a relação de parentesco; o que se transmite de pai para filho é a castração a que *todos* estão submetidos. Inclusive, e principalmente, a mãe. É a lei que barra o incesto e coloca a todos sob a ordem significante. A ordem simbólica faz conjunto (mesmo que aberto) onde pai, mãe e criança tem um lugar na estrutura. Significante que ordena o campo do Outro, que indica que há lei que o estrutura como linguagem permitindo com isso uma saída do dilema imaginário da luta de morte. Ligado ao aspecto libidinal, à pulsão de vida, aos princípios de realidade e prazer. Articula o principio de realidade e a posição desejanste do sujeito no mundo. Promove a relação de objeto ao localizar a diferença sexual. Por que a cultura se esmera em estabelecer a diferença sexual? Com isso ela faz valer algo da ordem no Nome do pai, como promotor de um sentido compartilhado mesmo que arbitrariamente compartilhado (cf. Saussure e a arbitrariedade do signo/discurso do mestre). Quando o sujeito se distancia desta integração se vê a mercê das manifestações do superego. A compulsão à repetição é uma forma de inscrição em ato do que não foi integrado. No sintoma, certas frases superegóicas funcionam para indicar o ponto onde a ordem simbólica não foi integrada pelo sujeito, que disso padece de forma sintomática com desarranjos no plano imaginário.

A instância superegóica participa da formação do sintoma através da presentificação de uma dimensão da linguagem diretamente relacionada com a esfera do desejo no que ele atinge o ponto de real e se apresenta de modo disruptivo. O desejo surge numa esfera negativa em relação à demanda social. Ele é o para além da linguagem comunicacional que dá acesso à satisfação do nível das necessidades. É onde a homeostase em relação ao meio ambiente sofre uma ruptura, encontra uma barra, onde o objeto requerido não pode ser plenamente alcançado lançando o sujeito na dimensão do desejo. No desejo não se trata de uma escolha, mas de uma condenação. Sua dimensão não é facilmente assimilada. O mal-estar provocado pela dimensão do desejo é encontrada nos sintomas e nas formações do inconsciente. Os sintomas, definido como qualquer ato significativo, é uma forma de expressão do desejo na medida em que aí se convoca e se articula um sujeito. O sintoma é uma formação de compromisso entre a dimensão do desejo e a regulação social da demanda. O desejo é disruptivo com a ordem estabelecida e o sintoma é uma forma de velar esta dimensão.

A teoria do desejo é uma forma de dar inteligibilidade às questões da clínica. Mas o que vem a ser o desejo e como se justifica seu caráter disruptivo? O desejo é o que do campo da necessidade resta como insatisfeito ao ser atravessado pela linguagem no campo da demanda. A ruptura com a ordem natural condena o homem à esfera do desejo. Nesta dimensão, o objeto desejado é um objeto perdido, nunca recuperado em seu grau de contentamento e completude encontrado nas primeiras experiências de satisfação da demanda. Donde a necessidade da inscrição do significante do Outro barrado – S(A/).

De que objeto se trata então? Não mais os objetos da necessidade mas a própria subjetividade do grande Outro da linguagem. Lacan destaca esse movimento como demanda de amor. Não se trata de uma relação com o outro, objeto do meu desejo, mas com o desejo deste outro ao qual me proponho como objeto. O problema apresentado por Lacan é que o desejo deste outro é permeado, atravessado pela grande Outro da linguagem e o inconsciente inscreve os efeitos desta relação com o significante.

Lacan nos diz que a experiência moderna exige um discurso sobre o objeto que passe obrigatoriamente por relações complexas (LACAN, 1962, p. 54). Nos diz que na era da técnica, o objeto só nos permite acesso a ele através de articulações profundas. Assim portanto, a subversão do sujeito e a dialética do desejo abarcam a função de objeto (1962/2005, p. 53) e são fundamentais para entender o que está em jogo na constituição subjetiva. Afirma que não há saída pelo positivismo lógico porque ele parte da exigência de que ele tenha um sentido apreensível, donde um certo número de enunciados filosóficos é desvalorizado por não fornecer nenhum resultado em relação à busca de sentido. Diz que perdemos o fio da meada se não partimos do princípio de que uma coisa que não tem sentido pode ser essencial no desenvolvimento de um discurso. (p. 55). Este ponto obscuro, sem sentido do significante que se espelha e se projeta no campo objetual é o que está em jogo como possibilidade de uma intervenção a partir da psicanálise.

Este ponto obscuro é que está em jogo na transferência. Cunha e Birman (2012) fazem uma comparação entre a análise de Foucault e a de Lacan a respeito de *O banquete* de Platão. Enfatizam que Foucault diferentemente de Lacan dá relevo ao lugar de transmissão ocupado por Sócrates na pólis e que este aspecto pode no fim das contas também ser deduzido da abordagem de Lacan ao articular a questão da transferência à questão da ética. O percurso de Lacan é no sentido de afirmar que na transferência não se trata de sentimentos. Lacan irá articular seu fenômeno à relação com a linguagem e com o saber, definindo desta forma o amor de transferência como amor ao saber. Passando pelo pequeno outro mas dirigido ao grande Outro da linguagem, demandando dele através do amor algo, um saber que suplante a inconsistência do sentido, donde o Sujeito Suposto Saber. Este é o aspecto mais enfatizado por Lacan na abordagem de *O banquete*. Se utiliza dele para

demonstrar a estrutura e jogo na transferência e o lugar socrático que pode servir para o analista se orientar.

A transferência, então, já não será mais inscrita no registro do imaginário, mas deve ser pensada a partir do modelo estrutural, organizada que é em torno de um vazio que põe em movimento o significante, determinação última do sujeito que se verá, assim, ao fim do processo, destituído, capturado em sua divisão e em sua insignificância. A experiência transferencial será então uma experiência fundamentalmente ética, na qual o sujeito encontra seu limite ao abrir mão da fantasia para não renunciar ao movimento do desejo. Essa experiência é ordenada pela triangulação edípica na qual a lei da castração define o posicionamento do sujeito em face do desejo do Outro. (CUNHA e BIRMAN, 2012, p. 12)

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, E. L.; BIRMAN, J. Transferência, Transmissão e Subjetivação: Sobre a Referência a Sócrates e Alcibíades em Lacan e Foucault. *Revista Mal-estar e Subjetividade - Fortaleza - Vol.XII* - No 1-2-p.327-358 - mar/jun 2012.

FREUD, S. *Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1998.

_____ [1962] *O Seminário, Livro 10, A angústia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

_____ [1971] *O Seminário, Livro 18, De um discurso que não fosse semblante*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009.

MARTELLO, A. “Método científico, normatividade social e sintoma psicanalítico”. In *Os corpos falantes e a normatividade do supersocial*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud/Faperj, 2014.

MILNER, J. C. *A obra clara*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1995.